



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**22 de**  
**novembro**  
**de 2019**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	22 / 11 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

## Ex-prefeita de Matões é acionada por improbidade administrativa

A Promotoria de Justiça de Matões ingressou, em 14 de novembro, com uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra a ex-prefeita Suely Torres e Silva; Marialdo Carvalho Alves (gestor de atividades meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura - Sinfra); HS Construtora Ltda. e seu sócio administrador Haran Santhiago Girão Sampaio.

Em 2014, a Sinfra realizou um processo licitatório para contratação de empresa para pavimentação de vias urbanas em Timon, Matões e Parnarama, resultando na contratação da HS Construtora. O valor das obras no município de Matões foi de R\$ 1.299.775,82.

Ao analisar a concorrência nº 20/2014, a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça apontou uma série de irregularidades. A principal delas é o fato de que a empresa HS Construtora não poderia ter vencido a licitação.

De acordo com o edital, não poderiam participar empresas que tivessem como "diretores, gerentes, responsáveis legais ou

técnicos, membros de conselho consultivo, deliberativo ou sócios" que fossem servidores públicos federais, estaduais ou municipais. Uma das sócias da HS Construtora, Luzian Girão Sampaio, é servidora da administração federal.

Além disso, foram encontrados problemas quanto à formalização do processo, no edital da licitação e no contrato firmado, como a ausência de cláusula que reconhecesse os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa.

Na Ação, a promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira requer a condenação de todos os envolvidos por improbidade administrativa. Entre as penalidades previstas estão a reparação do dano causado aos cofres públicos, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa e proibição de contratar ou receber benefícios do poder público, mesmo que por meio de empresa da qual sejam sócios majoritários.

(REDAÇÃO: CCOM-MPMA)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	22 / 11 / 2019	PÁG.	10	Gerada	Positiva

## MP quer nova delegacia em Alto Alegre do MA

Prédio do DP da cidade está com uma série de problemas estruturais, como infiltrações

O Ministério Público (MP) solicitou, por meio de uma Ação Civil Pública de obrigação e fazer, ao Governo do Estado a construção de uma delegacia para a cidade de Alto Alegre do Maranhão como também reforço policial.

A ação foi formulada pela promotora de Justiça, Alessandra Darub Alves. A manifestação ministerial se baseia em um procedimento administrativo instaurado após uma vistoria realizada, em janeiro deste ano, no prédio onde funciona a delegacia de polícia de Alto Alegre do Maranhão.

Na inspeção, constatou péssimas condições físicas do prédio como rachaduras e infiltrações nas paredes, banheiros quebrados com sérios problemas hidráulicos e mau cheiro, instalações elétricas apresentando risco de incêndio, fios expostos por diversos cômodos, telhado com goteiras, portas e janelas quebradas.



Delegacia tem vários problemas

A direção municipal de Alto Alegre do Maranhão informou que já realizou a doação de um terreno de 3.360m<sup>2</sup> para o Estado com a finalidade de edificação da delegacia de Polícia Civil. Em caráter liminar, o Ministério Público requer a concessão de tutela antecipada para que seja determinada a construção da nova delegacia dessa cidade como também mais uma viatura para a Polícia Civil, um delegado de carreira e dois investigadores de polícia. ●

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Política					
DATA	22 / 11 / 2019	PÁG.	3	Espontânea	Positiva

CENTRO DO MARANHÃO

## Prefeitos se reúnem para debater fim do Fundeb



PRESIDENTE DA FAMEM, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E PREFEITOS SE REÚNEM EM BARRA DO CORDA

Prefeitos da região central do Maranhão e secretários de educação de mais de 90 municípios do Estado iniciaram nesta quinta-feira (21), no Encontro Estadual da Undime/Famem, em Barra do Corda, o debate entre gestores sobre o fim do Fundeb e a precariedade do financiamento da educação básica.

"Neste encontro estamos tratando de estratégias para melhorar todo o sistema de educação. Vários prefeitos estão presentes neste encontro que contou com o empenho de vários parceiros. Pretendemos gerar uma pauta e definirmos um cronograma de ações para debatermos com as bancadas estadual e federal, com os governos do estado e federal. Esse é o interesse de todos os gestores que estão reunidos neste encontro em Barra do Corda", destacou o presidente da Famem, Eric Costa.

A abertura do evento, que se encerra nesta sexta-feira (22), estiveram presentes o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto; os deputados Fernando Pessoa e Ciro Neto; a promotora do Centro Operacional de Defesa da Educação, Sandra Pontes; o presidente da União dos Dirigentes da Educação nos Municípios, Undime-Maranhão, Joaquim Neto; o vice-presidente da Undime Nordeste, Williams Panífle; o superintendente do Sebrae-

MA, Raimundo Coelho, vereadores e dirigentes educacionais.

"Discutir educação é muito importante. Este é o primeiro encontro regional e acredito que teremos muitos outros. Aqui temos oportunidade de tratar de um tema tão importante para o país e em particular para o Maranhão. É fundamental neste momento que todos estejamos articulados", disse Othelino Neto, alertando para as propostas que chegam ao Congresso que acredita produzirão efeitos danosos aos municípios. O presidente da Assembleia alertou para a proposta de fusão dos fundos da saúde e educação que deverá provocar prejuízos maiores para esta última que sobre com o sub financiamento.

O secretário da Famem, prefeito Junior Cascaria, destacou a importância do evento que a Famem promoveu para debater a educação no estado. "Estas duas entidades estão de mãos dadas em defesa deste grande projeto que é a melhoria da educação no estado do Maranhão", disse Cascaria.

Para o prefeito de Grajau, Merrial Lima, é indiscutível a importância da educação e tratar de medidas, ações e providências que melhorem o desempenho e a qualidade é fundamental. "Sem educação, nenhuma comunidade, nenhum território, nenhum povo alcança o desenvolvimento. Estão de parabéns a Famem, Undime, Governo

do Estado e o presidente Eric Costa por realizarem este acontecimento no centro do Estado", enalteceu o prefeito. Em sua fala de saudação aos participantes do encontro, o secretário de Educação de Barra do Corda, Odair Maciel, destacou a importância do encontro para traçar estratégias para alcançar melhores indicadores. Maciel citou avanços da educação conquistados na atual gestão como salários destacável, melhores condições estruturais da rede, entre outros.

### Financiamento

"Essa é uma oportunidade de discutirmos desde o Fundeb até o desafio de um novo Fundeb, que termina no final de 2020. É hora de discutirmos sobre uma nova emenda constitucional. O financiamento da educação depende muito disso. Se não colocarmos nada no lugar do Fundeb não seremos capazes de darmos uma resposta digna à educação", afirmou a promotora Sandra Pontes.

Em relação ao regime atual do Fundeb, o vice-presidente da Undime no Nordeste, Williams Panífle, explicou que a composição do fundo se divide em 90% entre estados e municípios e a União coloca 10%. A proposta é permanecer a mesma contribuição dos municípios e estados, mas elevação da parte da União até o patamar de 40% dos recursos.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Política					
DATA	22 / 11 / 2019	PÁG.	3	Espontânea	Positiva

REFORMA OU ADEQUAÇÃO?

# Entenda a polêmica da previdência no MA

POR RAIMUNDO BORGES

A aprovação relâmpago pela Assembleia Legislativa do Maranhão, na quarta-feira (20), do Projeto de Lei Complementar 014/2019, do Poder Executivo, deixou dúvidas no funcionalismo estadual e no plenário. A oposição se encarregou de disseminar uma informação incorreta, de que o texto seria a Reforma da Previdência Estadual. Mas o presidente do parlamento, deputado Othelino Neto explicou que a lei trata de adequação das alíquotas de contribuição ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA) ao disposto na Emenda Constitucional 103/2019, a chamada Reforma da Previdência, promulgada pelo Congresso Nacional no dia 12 deste mês.

A reforma da previdência do Maranhão ainda nem começou a ser debatida. A mesma lei complementar, aprovada em regime de urgência, institui também o Comitê de Adequação do Regime Próprio de Previdência Social. "É importante deixar claro que nós não apreciamos a Reforma da Previdência do Estado. Para debater a reforma com sociedade, sobretudo com os servidores, foi aprovado também, hoje, nesta Casa, a criação do Comitê, que será composto por representantes dos Poderes e órgãos autônomos, além de representantes dos servidores públicos", disse Othelino.

## Rombo explosivo

A reforma da previdência (PEC 103/2019), promulgada pelo Congresso visa a reduzir o crescimento dos gastos da União e, assim, equilibrar o rombo monumental nas contas públicas, no vermelho desde 2014. A reforma, no entanto, não vai resolver a

crise das contas de Estados e municípios. Os deputados federais excluíram servidores estaduais e municipais das mudanças com medo de perder votos em seus redutos eleitorais. A PEC paralela foi aprovada no Senado e já chegou à Câmara, mas lá terá as mesmas dificuldades da 103, pois em 2020 terá eleição e muitos deputados são candidatos a prefeito.

Um relatório de junho passado da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado federal especializado em contas públicas, destaca que apenas os quatro Estados de criação mais recente (Roraima, Rondônia, Tocantins e Amapá) apresentam hoje uma situação confortável nas suas contas previdenciárias. No entanto, devido ao envelhecimento da população, todas as 27 unidades federativas têm um futuro preocupante pela frente, caso não mudem suas regras de aposentadoria tanto de quem já está na inatividade quanto os ativos.

## PEC paralela empaca

Como a PEC paralela dificilmente será aprovada pela Câmara em 2019, os estados ficam na dependência da PEC 109, já promulgada. Quem não adequar-se a ela, fica de fora do sistema e o rombo vai crescer ainda mais. Por isso os governadores de vários estados se apressaram em fazer as adequações, para depois cuidarem da reforma estadual. São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná e Maranhão, já fizeram isso.

Em recente entrevista à Rede Bandeirantes, o governador Flávio Dino disse o seguinte: "Eu, particularmente, e outros Estados não vamos aguardar a tramitação da PEC paralela para encaminharmos às assembleias os projetos de lei necessários à adequação dos Estados e municípios tam-

bém ao novo sistema constitucional" e acrescentou: "Não podemos, numa federação, de 5.570 municípios, achar que é razoável haver a convivência de milhares de regimes previdenciários distintos. Isso é uma brutal insegurança jurídica. Então, o sentido geral é de congruência".

## Dino anunciou na Band

O mesmo PLC 014/2019 a ser sancionado hoje por Flávio Dino, cria o Comitê de Adequação do Regime Próprio de Previdência Social e define as regras de competência para propor projetos de lei e outras medidas normativas, visando à adequação das normas estaduais do RPPS do funcionalismo público do Maranhão às disposições da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103.

Será constituído por representação dos Poderes e órgãos autônomos que terão ampla participação nas discussões, sendo eles o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, e a sociedade.

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Rafael Leitão (PDT), também negou que a lei complementar seja a Reforma da Previdência.

Além disso, o deputado explicou que o artigo 167 da Constituição prevê uma série de penalidades de vedação de transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamento por instituições financeiras federais aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, na hipótese de descumprimento das novas regras gerais de organização e de funcionamentos



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Cidades			
DATA	22 / 11 / 2019	PÁG.	6

# Crise: atendimento na Maternidade Maria do Amparo pode ficar comprometido

Déficit mensal seria de R\$ 60 mil, e o custo mensal de R\$ 280 mil; no início deste ano, o atendimento na maternidade chegou a ser suspenso, mas foi retomado

**A** Maternidade Maria do Amparo, localizada no bairro Anil, em São Luís, está passando novamente por uma crise financeira, que pode, mais uma vez, provocar a suspensão do atendimento, como aconteceu no início deste ano. Os médicos da instituição filantrópica estão com salários atrasados. Alguns deles deixaram de trabalhar no local, porque não estão recebendo. A entidade alega que uma das razões para o déficit nas contas é a tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), que não é atualizada.

De acordo com Egidio Ribeiro, voluntário e colaborador da maternidade, os repasses referentes à produção estão em dia, mas aquele que é utilizado para pagamento dos médicos está atrasado. No fim de outubro, a verba relativa a dois meses foi repassada, mas ainda está faltando o de novembro. Com isso, os débitos se acumulam, o que



Mais uma vez, este ano, a Maternidade Maria do Amparo passa por crise financeira e pode suspender atendimento

pode interromper a realização de uma média de 200 partos por mês. O déficit gira em torno de R\$ 60 mil

mensal.

"A nossa grande dificuldade está sendo o pagamento do salário

dos médicos. O valor que o SUS paga pelos procedimentos é pequeno. Por mais que a gente tra-

balhe e produza, os recursos são insuficientes", disse Egidio Ribeiro. Segundo ele, que já foi diretor da Maternidade Maria do Amparo, a instituição tem uma despesa grande, incluindo os fornecedores e material. Com a crise, a situação se agrava.

Ele comentou que, como a entidade gasta mais do que recebe, ocorre um desequilíbrio financeiro. Então, a maternidade fica devendo. Isso se transforma em uma situação que parece não ter solução. "A tabela do SUS não aumenta. O momento é difícil. Além de maternidade, também há o ambulatório. Temos de pagar fornecedores e adquirir medicamentos e insumos. Esses procedimentos são tabelados nacionalmente pelo SUS. O Ministério da Saúde tem uma tabela, que contém o valor de cada parto", explicou o colaborador.

## Saída de médicos

Egidio Ribeiro negou que tenham ocorrido demissões na unidade. De acordo com ele, os médicos trabalham em empresas, que prestam

serviços na maternidade. Com salário atrasado, muitos deles se negam a trabalhar, enquanto a situação não é resolvida.

"Eles procuram outro local para trabalhar. Ninguém foi demitido. Nem médico, nem funcionário da casa, que é pago pela própria instituição, com carteira assinada", pontuou o ex-diretor da Maria do Amparo.

## Ações complementares

Para compensar a falta de recursos, a direção da maternidade realiza outras ações, como bingos e feijoadas. O objetivo é arrecadar dinheiro para manter a instituição filantrópica.

"A gente procura de todas as maneiras. Recebemos doações, por exemplo, para pagar os débitos, para complementar. Só o dinheiro do SUS não cobre o custo. Se houvesse uma fonte de recursos que pudesse ajudar, seria melhor, porque conseguiríamos equacionar e trabalhar mais tranquilo. A gente sempre precisa de ajuda, para saldar as dívidas", destacou Ribeiro. ●

## REABERTURA DA MATERNIDADE

Em março deste ano, a Maria do Amparo foi reaberta após o atendimento ter sido suspenso por causa do término do convênio com o Governo do Estado. A retomada aconteceu depois que a instituição celebrou novo convênio, que foi firmado com a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semus). Durante o tempo em que a maternidade ficou fechada, as gestantes tiveram de buscar assistência em outras maternidades da capital, como Marly Sarney e Benedito Leite.

A maternidade realiza, anualmente, mais de 2 mil partos. Mensalmente, são cerca de 200. Por este motivo, a suspensão do atendimento causou uma repercussão negativa na sociedade. No local, trabalham profissionais como ginecologistas, obstetras, anestesistas e pediatras.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	22 / 11 / 2019	PÁG.	10

# Presos criminosos que atuavam em seis municípios do estado

Em Colinas, foram presos três que implantariam célula criminosa, houve prisões em Barão de Grajaú, Itapecuru, Olho d'Água das Cunhãs e Santa Inês

ISMAEL ARAÚJO  
Da editoria de Polícia

**F**inal de linha para criminosos acusados de instalar o clima de terror no interior do estado. Uma das prisões foi durante a Operação Varredura, ocorrida na quinta-feira, 21, na cidade de Colinas. Segundo a polícia, os detidos são suspeitos de roubo de veículo e pretendiam instalar uma célula criminosa naquela localidade, que tem como ponto base uma organização do Rio de Janeiro.

Os presos foram identificados como David Silvestre Nogueira Barros, Davizinho ou Corujinha; Caciano da Costa Medrado, Magão; e Luciano de Sousa Costa. O delegado Guilherme Campelo, que é superintendente da Polícia Civil do Interior, declarou que esse trio criminoso é acusado de tomar vários veículos de assalto nessa localidade do estado durante este ano e agia com muita violência.

Ontem, foi montado um cerco na cidade de Colinas e resultou na prisão do trio criminoso. O delegado ainda informou que os detidos foram apresentados na Delegacia Regional de Presidente Dutra onde prestaram esclarecimentos sobre o caso e, logo após, transferido para a unidade prisional. "Havia forte suspeita deles estarem formando uma célula criminosa nessa região do estado", comentou o delegado.

Também naquela cidade foi preso Francisco Gomes da Silva acusado de importunação sexual. A polícia informou que ele teria mostrado o seu órgão genital para uma criança, de 5 anos, e para a mãe do menor em plena via pública.

O outro cerco policial ocorreu em Barão de Grajaú. Neste local, foi preso Patrício José Viana como também apreenderam dois adolescentes. Em poder deles, foram apreendidos arma artesanal e uma máscara de palhaço, de acordo com a polícia, utilizada durante assalto. Um dos menores de idade era suspeito de ato infracional análogo a estupro de vulnerável.



Grupo que foi preso acusado de roubo e associação criminosa no município de Itapecuru-Mirim

A polícia, ontem, também fez incursão na cidade de Itapecuru-Mirim, onde prenderam Aladone Conceição Mendes, Aladionês; Jaceli da Silva Mendes, Acerola; José Glayson Mendes Ribeiro, Glaysinho; Carlos Alberto Rodrigues

**Polícia montou cerco na cidade de Colinas**

**Barão de Grajaú também teve ação policial**

Mendes, Beto; Carlos Augusto Rodrigues Mendes, Guto; e Hilton Carlos Ferreira Santos, Macaco, acusados de roubo qualificado e associação criminosa.

Segundo a polícia, no dia 11 do setembro deste ano, eles portando

arma de fogo e encapuzados invadiram uma cerâmica, localizada nessa cidade, onde instalaram o clima de pânico. Os funcionários e os seguranças foram feitos reféns. Em seguida, o banco fugiu levando mais de R\$ 30 mil e as vítimas ficaram amarradas.

Na cidade de Olho d'Água das Cunhãs, foi preso em cumprimento de ordem judicial João Batista de Sousa Marques acusado de roubo circunstanciado e condenado a seis anos e dois meses. O detido foi apresentado na delegacia onde tomavam as devidas providências.

#### Confronto

Paulo Henrique Gomes, Paulinho, morreu ontem em confronto com a polícia, na cidade de Presidente Dutra. No momento da abordagem, ele tomou de assalto uma motocicleta e ainda trocou tiros com os policiais. O criminoso foi baleado e morreu antes de ser submetido a tratamento cirúrgico no hospital daquela cidade.

#### Foragidos

O foragido do Pará, Francisco dos Santos Silva, Nemi, foi localizado

ontem na cidade de Santa Inês. A polícia informou que no momento do abordagem o criminoso se apresentou com nome falso e acusado de ter cometido um homicídio, no ano de 2011, na cidade paraense de Marabá. O detido foi levado para a delegacia da cidade, mas, no decorrer deste mês vai ser transferido para o estado do Pará.

Na cidade de São Félix do Xingu, foi preso Francisco das Chagas Araújo da Silva, Careca, acusado de ter cometido crime de feminicídio, em Timon. De acordo com a polícia, ele é suspeito de ter assassinado a golpes de faca a sua ex-companheira, Ivoneide da Silva, no povoado Laranjeiras, zona rural de Timon, no dia 7 de maio de 2017, em seguida, fugiu para o Pará. Naquele estado, ele era conhecido como *Bigode*.

Também foi preso no Pará, em Jacundá, Neuton Leno da Silva, de 37 anos. Segundo a polícia, havia uma ordem de prisão expedida pelo Poder Judiciário do Maranhão acusado de receptor, adulterar e documentar de forma ilegal vários veículos, no município de Imperatriz. ●

## Plantio de maconha destruído na cidade de Vitória Mearim

Polícia encontrou mais de dois mil pés da droga, que seria distribuída a outras cidades do interior

Uma plantação de maconha com mais de duas mil mudas, localizada no povoado São Félix, zona rural do município de Vitória do Mearim, foi destruída ontem pela polícia e não houve registro de prisão de criminoso.

A polícia informou que o local da plantação é de difícil acesso. Os criminosos ao perceberem a presença de policiais conseguiram se esconder dentro do matagal. No local, uma parte da droga foi destruída, enquanto, o outro restante levado para a delegacia para ser periciada.

Há informações que essa droga seria comercializada no interior do estado, principalmente, em Vitória do Mearim e localidades adjacentes. As investigações vão continuar sendo realizada pela polícia com o objetivo de prender os criminosos.

#### Mais ocorrências

Foram presos ontem Juvaldo Paiva Costa e Emerson Sousa Alves em Santa Inês. Em poder deles, a polícia apreendeu crack e arma de fogo. Na capital foi presa Brenda Bárbara



Fogo na plantação de maconha

Viana também acusada de crime de tráfico de droga.

No Terminal Rodoviário de Curitiba, no Mato Grosso foi presa uma maranhense, nome não revelado, que está grávida de seis meses, suspeita de tráfico interestadual de droga. A polícia informou que em poder dela foi apreendida dois quilos de cocaína e seria comercializada na cidade de Caxias. A detida ganharia R\$ 2 mil para fazer o transporte da droga para o Maranhão. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	22 / 11 / 2019	PÁG.	9

SÃO CRISTÓVÃO

## Suspeitos de tráfico presos em flagrante



ERDEL E DIEGO FORAM DETIDOS COM TROUXAS DE MACONHA

MANUELA VIEIRA

Dois homens identificados como Erdel Oliveira Soares Junior e Diego Fernando Mendes Campos, foram presos em flagrante delito, suspeitos de tráfico de drogas, tendo em vista que foram encontrados com entorpecentes, além de apetrechos utilizados para embalar as substâncias, no bairro do São Cristóvão, em São Luís.

De acordo com informações da polícia, foram recebidas várias denúncias indicando que, na residência de um dos suspeitos estaria ocorrendo intenso tráfico de drogas. Durante a abordagem, foram encontradas com Diego cerca de 30 trouxinhas de maconha, já embaladas para a venda.

Informações dão conta de que, um dos suspeitos ainda tentou fugir dos policiais e se desfazer da droga, e além das substâncias proibidas, foi encontrada uma balança de precisão utilizada para a pesagem do tóxico. Vale ressaltar que os dois autuados já foram presos anteriormente também pelo crime de tráfico de drogas.

A prisão foi realizada pela Polícia Civil do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc). Os presos foram conduzidos à sede da Senarc, onde foram autuados em flagrante pelo crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, em seguida, encaminhados ao sistema prisional do estado.

ROSÁRIO

## Polícia militar prende trio com drogas e arma



OS SUSPEITOS FORAM PRESOS E AUTUADOS EM FLAGRANTE

Uma operação policial resultou na prisão de três pessoas identificadas como Gustavo Bandeira de Sousa, conhecido como "Paratha", Maria de Fátima Santos Ramos e William de Jesus Costa Brandão Júnior. Eles são suspeitos de tráfico de drogas na cidade de Rosário, distante 80 km da capital.

A Polícia Militar informou que recebeu diversas denúncias de que na residência de um dos suspeitos ocorria intenso tráfico de drogas. Após investigações, foram cumpridos mandados de busca e apreensão no local, um dos suspeitos ainda tentou fugir mas foi contido pelos policiais.

A polícia revelou ainda que, Paraíba estava sendo considerado um dos maiores traficantes da região. Na casa dele, foram encontrados utensílios que foram apreendidos, como 2 balanças de precisão, 1 espingarda calibre 36; 1 cartucho calibre 36 deflagrado; rolos de papel filme, utilizados para embalar as drogas; 6 relógios; duas motocicletas e uma bolsa feminina, além de drogas e dinheiro.

A polícia intensificou os trabalhos na área para combater a prática de diversos crimes.

A operação foi realizada por policiais do 27º Batalhão da Polícia Militar (BPM), o GSA juntamente com a Equipe Raio. O trio foi conduzido para a Delegacia Regional de Rosário para realização dos devidos procedimentos de justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	22 / 11 / 2019	PÁG.	12		

## Polícia intensifica cerco contra facções criminosas em São Luís

Operação da SSP-MA na Cidade Olímpica cumpre mais de 30 mandados e prende 29 suspeitos

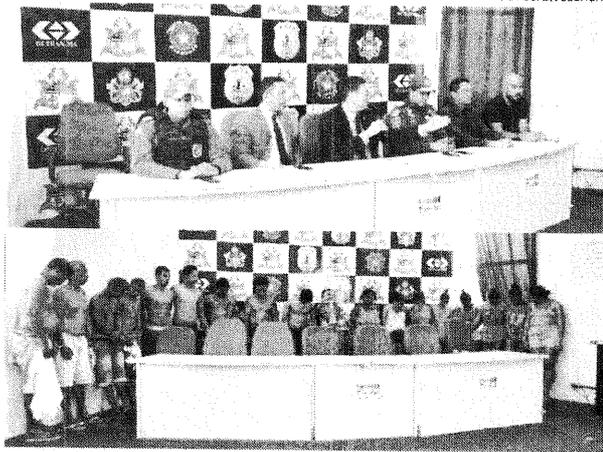
Mais de 50 mandados de prisão, busca e apreensão foram cumpridos pela Polícia Civil, no bairro Cidade Olímpica. Fruto da operação Derrama, na quarta-feira (20), os policiais conseguiram prender 29 suspeitos de crimes diversos, entre estes, 12 mulheres.

Também foram cumpridos 31 mandados de apreensão. Contra o grupo pesam crimes de organização criminosa, tráfico de drogas, assaltos e homicídios. O coordenador da operação, delegado Henrique Mesquita, que é titular da Seccional Leste, destaca o êxito da operação.

“Realizamos um trabalho investigativo de longo prazo, acompanhando os alvos, levantando endereços e identificando o paradeiro para efetuar as prisões. O sucesso do trabalho se deve à eficiência das equipes que investigaram com afinco. A investigação prossegue com o interrogatório dos detidos e a partir destes relatos, vamos apurar outros possíveis envolvidos. Essas prisões representam uma queda significativa para a facção que atua naquela área”, enfatiza o delegado.

O grande número de mulheres detidas – mais da metade dos suspeitos – resulta do papel complementar que possuem nos crimes.

Segundo as investigações, em apoio aos companheiros presos. São responsáveis pelo repasse de informações, servem de porta-vozes e executam ordens diretas dos membros da facção. “As mulheres são o suporte dos companheiros presos”, disse o delegado. Com o trabalho, chega a 50 o número de investigados presos desde o mês de setembro. Todos com envolvimento comprovado em facções criminosas, sendo que os principais líderes foram detidos e estão à disposição da justiça. O nome da operação se deve aos crimes de homicídio que ocorriam na área pela disputa



FOTOS: DIVULGAÇÃO

O secretário Jefferson Portela explica andamento de operação de enfrentamento contra facções criminosas

de território entre as facções. “Hoje, esse índice de criminalidade é muito menor e operações desta natureza somam para manter a segurança e diminuir as ocorrências”, ressalta Mesquita. A operação Derrama levou seis meses de investigações e reuniu mais de 160 policiais. Participaram equipes da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), da Seccional Leste e do 18º Distrito - Cidade Olímpica, com

apoio da Polícia Militar, do Centro Tático Aéreo (CTA), da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI) e delegacias da capital.

“A Superintendência da Capital tem intensificado esse tipo de trabalho investigativo, com foco no combate às facções que têm se espalhado nas principais áreas da periferia da Região Metropolitana”, reitera o titular da SPCC, delegado Carlos Alessandro Rodrigues.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA

22 / 11 / 2019

PÁG.

12

## Núcleo de Direitos Humanos reúne-se com familiares de "meninos emasculados"

O Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) recebeu, nesta semana, familiares das vítimas do caso dos "meninos emasculados" em reunião para discutir o cumprimento dos compromissos do Estado referentes ao Acordo de Solução Amistosa. Na ocasião, foram definidas diversas providências referentes à reforma das moradias das famílias, acesso ao saneamento básico, saúde e educação.

A reunião foi conduzida pelo defensor público Jean Nunes e contou com a participação de representantes das secretarias de Estado das Cidades (Secid) e dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) e da Equatorial Maranhão (antiga Cemar).

De acordo com o defensor Jean Nunes, as famílias buscaram a Defensoria Pública e apresentaram uma série de demandas relativas ao acordo firmado entre o Governo Brasileiro e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Diante das informações,

foi realizada uma articulação com os entes estaduais para que fossem apontadas soluções.

O acordo foi assinado em dezembro de 2005 e previa reparação às famílias vítimas, bem como a prevenção para que novos casos semelhantes não ocorressem. O Governo do Estado se comprometeu a incluir as famílias das vítimas em programas de habitação. Tanto o Governo Federal quanto o estadual também se comprometeram a incluir as famílias em seus respectivos programas de redistribuição de renda. Ficou estabelecido ainda o comprometimento do governo em conceder pensão mensal, de cunho indenizatório, no valor de R\$ 500 para cada família por um prazo de 15 anos, contados a partir da vigência da lei estadual.

### PROVIDÊNCIAS

Entre os encaminhamentos, os representantes da Secid comprometeram-se em realizar uma vistoria no local das obras de reforma das casas das famílias com o objetivo de identificar os problemas suscitados pelas mães. O órgão deverá enviar cronograma ao NDH com o



DIVULGAÇÃO

Defensores públicos reúnem-se com familiares das vítimas do caso dos "meninos emasculados"

calendário de cumprimento das demais obras, além de verificar a regularização fundiária em favor de três famílias residentes no bairro Cidade Olímpica. O NDH e a Sedihpop também se comprometeram a requerer a inclusão do Residencial Estrela Dalva no programa de asfaltamento do Município de São Luís e no programa Muritão Rua Digna, do Governo do Estado. Além disso, o Núcleo de Direitos Humanos irá articular a inclusão das famílias no Cadastro Único do Governo Federal e oficializar a Equatorial Maranhão requerendo a inclusão das mesmas no programa Tarifa Social, além da implantação

do Estrela Dalva no Programa de Eficiência Energética. O NDH encaminhará, ainda, a demanda de regularização fundiária ao Núcleo de Muradia da Defensoria em relação aos casos das famílias que não residem na Cidade Olímpica e nem no Residencial Estrela Dalva. O caso dos meninos emasculados é relativo a 42 meninos assassinados, alguns deles emasculados, entre 1991 e 2003, nos estados do Maranhão e Pará. Na reunião, foi informada ainda às famílias a atualização do valor da pensão e do tempo do pagamento, que passa a ser, por lei, vitalícia.

## Tribunal do Júri condena homem acusado por tentativa de homicídio

O juiz Bruno Nayro de Andrade Miranda, titular da Comarca de Estreito, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na última terça-feira, dia 19. No banco dos réus, Orião Rocha da Silva. Ele estava sendo acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra a vítima Carlos Alexandre Pereira Silva. Orião foi considerado culpado pelo Conselho de Sentença e recebeu a pena de três anos de reclusão, sendo que foi revogada a sua prisão preventiva e ele recebeu o direito de recorrer em liberdade.

Segundo consta no inquérito policial, no dia 19 de abril deste ano, na Rua 10, Bairro Ferrovia, em Estreito, Orião Rocha foi preso em flagrante delicto. Ele estava sendo acusado de ter utilizado uma barra de ferro e tentado contra a vida de Carlos Alexandre Pereira Silva. Segue o inquérito relatando que as pancadas

ocasionaram fraturas na clavícula e crânio da vítima, e que Orião só não teria matado Carlos Alexandre graças à intervenção de terceiros. O processo deslata que no dia e hora citados, a guarnição policial foi informada, via rádio, que teria ocorrido uma tentativa de homicídio nas proximidades do bairro Ferrovia.

Ato contínuo, a equipe foi até o local, ocasião em que avistou a vítima com várias lesões na cabeça, a qual estava recebendo atendimento médico do Samu, bem como o acusado encontrava-se imobilizado por populares. No local dos fatos, a guarnição policial encontrou e apreendeu uma barra de ferro, suja de sangue, a qual foi utilizada para tentar ceifar a vida de Carlos Alexandre Pereira Silva.

A vítima foi encaminhada e internada no Hospital Municipal de Estreito com várias lesões. Diante da situação, Orião Rocha

recebeu voz de prisão em flagrante, sendo conduzido para a Delegacia de Polícia. Quando interrogado, o acusado negou as acusações. Na ocasião, atribuiu a autoria a Mário Duarte de Sousa, o "Mainha", o qual também foi interrogado, todavia, negou conhecer os fatos, não sabendo quem é a vítima. Carlos Alexandre foi interrogado e disse não saber quem foi o autor do intento de ceifar sua vida, recordando apenas que recebeu pancadas na cabeça e ombro e, depois, acordou no hospital só de bermuda. Entretanto, a materialidade e a autoria delitiva dos fatos relatados no inquérito policial foram confirmadas pelo Auto de Prisão em Flagrante, bem como pelos depoimentos das testemunhas.

(ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO  
DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
DO MARANHÃO)